

RELATÓRIO FINAL

PESQUISA

AVALIAÇÃO DE RESULTADOS DO EDITAL EMÍLIA BIANCARDI
VOLTADO AOS FESTEJOS JUNINOS



OBSERVATÓRIO
DA ECONOMIA CRIATIVA
#bahia



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

A945 Avaliação de Resultados do Edital Emília Biancardi [recurso eletrônico] : voltado aos Festejos Juninos / coordenado por Carmen Lúcia Castro Lima, Lúcia Aquino de Queiroz, Leonardo Costa. - Salvador : Pinaúna, 2023.
PDF p. : il. : 1,3 MB.

Inclui bibliografia e índice.
ISBN: 978-65-86319-74-3 (Ebook)

1. Cultura. 2. Festas populares. 3. Festejos juninos. 4. Bahia. 5. Economia criativa. I. Lima, Carmen Lúcia Castro. II. Queiroz, Lúcia Aquino de. III. Costa, Leonardo. IV. Título.

2023-3041

CDD 306
CDU 316.7

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

Índice para catálogo sistemático:

1. Cultura 306
2. Cultura 316.7

AVALIAÇÃO DE RESULTADOS DO EDITAL EMÍLIA BIANCARDI VOLTADO AOS FESTEJOS JUNINOS

Observatório da Economia Criativa - Bahia

Endereço: Rua Barão de Jeremoabo, s/n, PAF-V, Ondina – CEP
40170-115 - Salvador – Bahia – Brasil.

E-mail: obecbahia@gmail.com

Site: <http://www.obec.ufba.br/>

Projeto gráfico e diagramação: Lucas Kalil.

Fotos: Alexandre Kuma e Michael Renner.



OBSERVATÓRIO
DA ECONOMIA CRIATIVA
#bahia

Bahia,
Março. 2023

SOBRE O OBEC-BA

O Observatório da Economia Criativa da Bahia (OBEC-BA) é um grupo de pesquisa interinstitucional que reúne docentes e discentes da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), da Universidade Federal da Bahia (UFBA), da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), além de pesquisadores independentes e de outras instituições, públicas e privadas, para a promoção de atividades de ensino, pesquisa e extensão no campo da economia criativa. Os membros atuam em diversas áreas de conhecimento: artes, comunicação, economia, administração, estatística, gestão e produção cultural, entre outras. Sediado no Instituto de Humanidades, Artes e Ciências da Universidade Federal da Bahia (IHAC/UFBA), o OBEC-BA foi criado em 2014, através de um edital da Secretaria de Economia Criativa, do antigo Ministério da Cultura, como parte de uma rede de núcleos vinculados às universidades federais do Brasil que tinham o objetivo de produzir informações e conhecimento e gerar experiências e experimentações sobre a economia criativa local e estadual.



EQUIPE DA PESQUISA

COORDENAÇÃO: Carmen Lúcia Castro Lima (UNEB); Lúcia Maria Aquino de Queiroz (UFRB) e Leonardo Costa (UFBA)

ASSISTENTE DA COORDENAÇÃO: Carolina Dantas (UFBA/OBEC)

PESQUISADORES: Laércio Nascimento (SDJH/OBEC), Mauro Gutembergue dos Santos de Santana (UNEB/OBEC), Ofir Nascimento (UNEB/OBEC), Raisalva Cruz (UFRB), Tais Lima (UFMG/OBEC), Talita Wedja Felipe da Silva (UFRB)

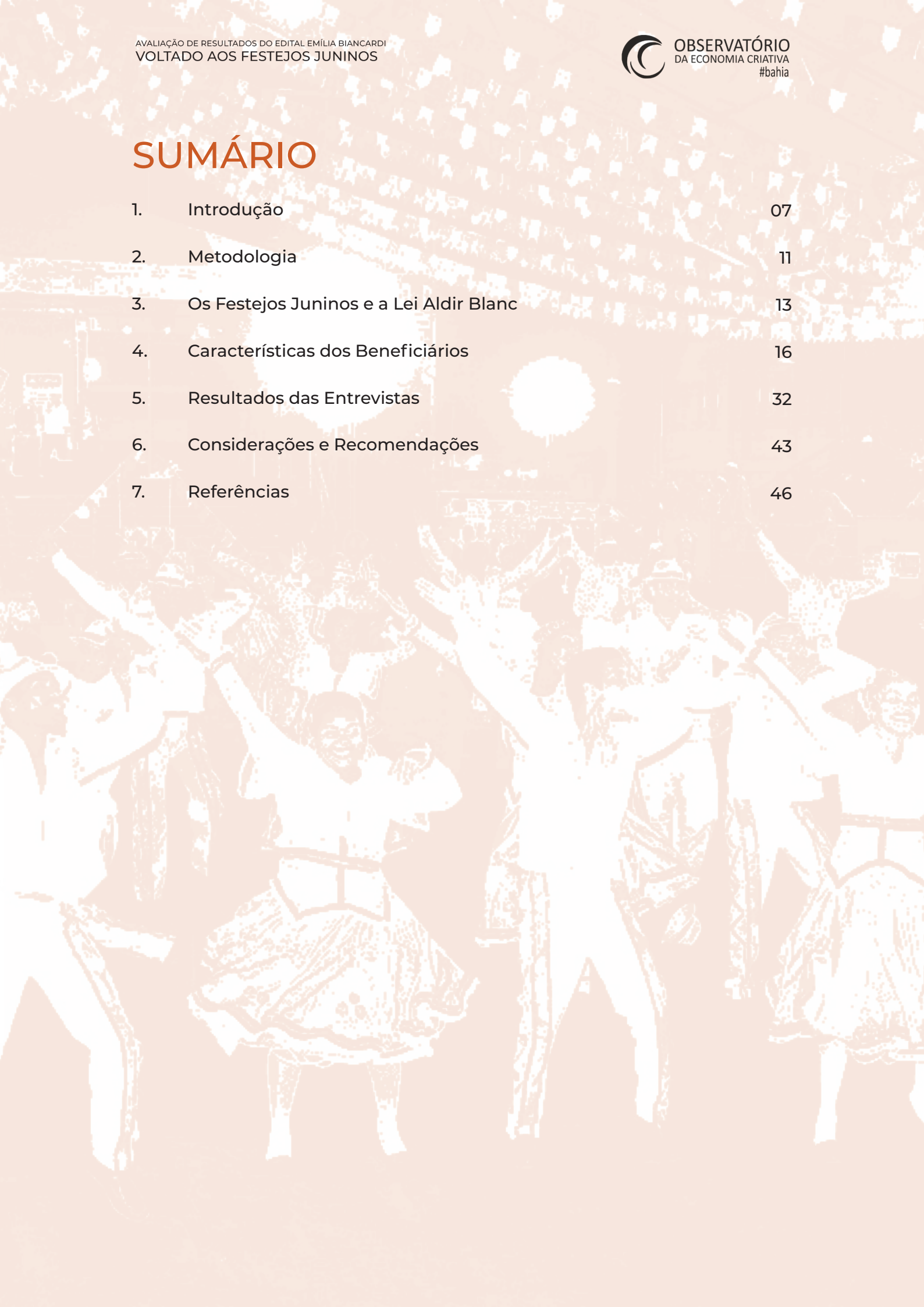
REVISÃO: Renata Rocha (UFBA)

PARCERIA INSTITUCIONAL

Centro de Culturas Populares e Identitárias (CCPI)

SUMÁRIO

1.	Introdução	07
2.	Metodologia	11
3.	Os Festejos Juninos e a Lei Aldir Blanc	13
4.	Características dos Beneficiários	16
5.	Resultados das Entrevistas	32
6.	Considerações e Recomendações	43
7.	Referências	46





1. INTRODUÇÃO

Em 2021, pelo segundo ano consecutivo, os eventos relacionados às celebrações populares do mês de junho na Bahia, e de todo Nordeste, foram cancelados. A esta realidade da suspensão dos eventos culturais presenciais no Brasil passou a reger o setor produtivo da arte e cultura, desde que foi declarada a pandemia da Covid-19 no mundo e decretado o estado de calamidade pública no País, em março de 2020. No ano de 2022 os festejos juninos retornaram em algumas cidades nordestinas mas, em face à expressividade dos efeitos do período da crise sanitária, cabe um olhar sobre tal cenário e, neste caso em especial, também sobre os resultados de editais, como o Emília Biancardi, direcionados a reduzir os impactos sofridos pelo setor cultural.

Em momentos de maior flexibilidade durante esse estado pandêmico, alguns eventos privados foram reformulados para atender os protocolos de distanciamento. São exemplos as peças de teatro e shows musicais realizados em plataformas virtuais ou em áreas abertas, com novas formas de acesso do público ao ambiente do evento, como drive thru, no qual o público permanece abrigados em veículos. Mas, para as festas populares, não houve alternativas, uma vez que estas ocorrem, caracteristicamente, em espaços públicos, com aglomerações que podem abranger milhões de pessoas em circulação, como no carnaval de Salvador, o que implica uma maior dificuldade de controle e, portanto, mais riscos de contaminação em massa.

O cancelamento das festas populares, redundou em efeitos econômicos consideráveis, haja vista que estes festejos geram receitas para os municípios e estados, superiores, muitas vezes, aos investimentos públicos realizados. Pode-se citar: cotas de patrocínio adquiridas por empresas privadas; faturamento do comércio, serviços e turismo locais. Além disso, artistas e outros profissionais que atuam na cadeia produtiva da arte e cultura locais, perderam mais uma fonte expressiva de receita.

A partir de informações divulgadas por boletim da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, tomando como base 2019, último ano comemorativo dos festejos juninos anterior à pandemia, estima-se que ao menos R\$ 64,7 milhões provenientes do setor público deixaram de impulsionar esta celebração em função da Covid-19, em especial no

mercado da música. Destes, R\$ 50,9 milhões seriam recursos aportados por 311 municípios e R\$ 13,8 milhões pelo Governo do Estado (SEI, 2021).

Os rebatimentos da pandemia nos festejos populares não foram, entretanto, restritos à área econômica. Houve todo um impacto cultural, imensurável, decorrente da lacuna deixada pela impossibilidade de confraternização, do uso do entretenimento como lugar de vazão/abstração da rotina da vida ordinária, do fortalecimento da tradição como uma construção de participação coletiva, do exercício da fé na dimensão do sagrado de onde se originam boa parte destas festas.

No que concerne ao São João, uma das mais tradicionais festas populares brasileiras, há elementos que tornaram o seu cancelamento ainda mais complexo. O fator sazonalidade é totalmente atrelado às características da celebração. As comidas típicas são elaboradas à base da colheita do período e costumes como o de acender fogueiras e as roupas típicas estão igualmente relacionados com uma época de menores temperaturas do ano. O estilo musical que rege as comemorações, pelo menos na Bahia, não se “industrializou” ao ponto de encontrar mercado e público para apresentações diluídas ao longo do ano, também sofrendo reflexos da sazonalidade.

Ritmo tipicamente atrelado aos festejos juninos, o forró, reconhecido como patrimônio imaterial do Brasil, tornou-se um gênero de tradução da identidade cultural do Nordeste. Muitos agentes envolvidos na cadeia de produção deste segmento musical acabaram por alcançar um espaço representativo nacionalmente, ao se aproximarem de elementos de outros estilos, como o sertanejo, ou de outros recursos, como no forró eletrônico.

Na Bahia, entretanto, os forrozeiros vivenciam situação diferenciada. Embora os costumes e ritmos tradicionais juninos sejam elementos centrais na cultura baiana, os artistas desse estilo, assim como de outros estilos musicais do Estado, ficaram subjugados à indústria do Axé Music.

Deste modo, o que resulta na disponibilização de um período bem mais demarcado para as apresentações e conseqüente retorno financeiro dos seus trabalhos. Nesse sentido, a interrupção dos festejos juninos significou, com algumas exceções, a dificuldade em recorrer a estratégias adotadas por artistas de outros segmentos, sobretudo, o segmento líder no estado. Este último, com um pouco mais de facilidade, encontrou interesse

e demanda de público que possibilitaram a realização de lives (com patrocínio), o lançamento de singles, EP, e disponibilização em plataformas digitais, e até maior possibilidade de adequação de projetos às demandas de editais públicos.

Como forma de efetivar ações emergenciais de apoio ao setor cultural, o Governo do Estado da Bahia, visando a cumprir os incisos I e III da Lei Aldir Blanc (Lei Federal nº 14.017, de 29 de junho de 2020), criou o Programa Aldir Blanc Bahia (PABB). As ações deste programa compreendem a transferência da renda emergencial para os trabalhadores e trabalhadoras da cultura, e a realização de chamadas públicas e concessão de prêmios.

O PABB, executado por intermédio da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, tem suas ações geridas por meio da Superintendência de Desenvolvimento Territorial da Cultura e do Centro de Culturas Populares e Identitárias (CCPI), e suas unidades vinculadas: Fundação Cultural do Estado da Bahia, Fundação Pedro Calmon, Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural. O Centro de Culturas Populares e Identitárias (CCPI) lançou o Edital de Premiação para Preservação dos Bens Culturais Populares e Identitários da Bahia Emília Biancardi 2020.

Existia uma grande expectativa em relação aos editais da Lei Aldir Blanc como forma de mitigação de tamanho impacto para a classe cultural, e, mais incisivamente, para os agentes culturais que atuam nos festejos juninos. Para muitos dentre estes, único momento da realização de contratos, fonte exclusiva de recursos para a sobrevivência de quase todo um ano, frente sazonalidade já descrita.

Ciente da relevância das políticas públicas para o momento atravessado pelos agentes culturais dos festejos juninos na Bahia em 2020-2021, o Observatório da Economia Criativa da Bahia (OBEC-BA) propôs-se a investigar os resultados dos Prêmios de Preservação dos Bens Culturais Populares e Identitários da Bahia Emília Biancardi para as categorias do Forró Tradicional e das Quadrilhas Juninas. Para tanto, realizou parceria com o CCPI que disponibilizou dados imprescindíveis ao desenvolvimento da pesquisa que temos o prazer de trazer a público. Seu principal objetivo é avaliar fomento aos festejos juninos executado pelo CCPI, utilizando os recursos da Lei Aldir Blanc. A parceria foi institucional, sem transferência de recursos.

No âmbito da pesquisa, coube a cada parceiro as seguintes responsabilidades: a) o CCPI realizou a comunicação junto aos beneficiários do Edital, intermediando o contato com os pesquisadores do Observatório, e contribuindo para a divulgação da pesquisa junto aos beneficiários. Além disso, disponibilizou os registros administrativos referentes ao Edital; b) o OBEC-BA conduziu, tecnicamente, a pesquisa se responsabilizando pela formulação dos questionários e roteiros das entrevistas semi estruturadas e pela realização da pesquisa e elaboração do relatório final.

Além desta introdução, o relatório possui mais cinco seções. Na segunda, são apresentados os procedimentos metodológicos da pesquisa. Em seguida, é descrito o Programa Aldir Blanc Bahia e o apoio aos festejos juninos. Com base nos dados fornecidos pelo CCPI, são apresentadas as características dos beneficiários do Edital Emília Biancardi. Na quinta seção, são discutidos os resultados da pesquisa direta junto a um conjunto de beneficiários. Por fim, são feitas as conclusões e recomendações.

2. METODOLOGIA

Saraiva e Ferrarezi (2006, p. 28) definem a política pública como um “fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade”. A transformação desta realidade acontece “por meio da definição de objetivos e estratégias de atuação e da alocação dos recursos necessários para atingir os objetivos estabelecidos”.

O ciclo de gestão concebe o processo das políticas públicas como contínuo, em que a partir de um diagnóstico dos problemas, demandas da sociedade e da agenda política dos grupos eleitos, programas são planejados e formulados. Ver Figura 1:

Figura 1: Ciclo de Gestão de Políticas Públicas



Fonte: FREY (2020)

A avaliação tem o objetivo de subsidiar os executores com informações mais aprofundadas e detalhadas sobre o funcionamento e os resultados dos projetos. O propósito da avaliação é guiar os tomadores de decisão,

orientando-os quanto à continuidade e necessidade de correções. Espera-se que esta possa indicar: se um resultado está sendo alcançado ou não; se processos estão bem executados; e se uma intervenção está produzindo outras consequências além daquelas pretendidas.

Nesse sentido, a presente pesquisa investigou a execução do Edital Emília Biancardi voltado aos festejos juninos. Foram analisados o perfil dos beneficiários do projeto, com base nos registros administrativos do CCPI, e os resultados da aplicação de questionários juntos aos responsáveis pelos projetos premiados. De acordo com o CCPI, 63 beneficiários foram contemplados, sendo 41 na categoria Forró Tradicional e 22 na de Quadrilhas. A equipe da pesquisa contactou a totalidade dos responsáveis pelo projeto, sendo que 37 responderam, ou seja, em torno de 59%. As entrevistas foram realizadas entre novembro de 2021 e fevereiro de 2022.

Com base nos registros administrativos sobre os beneficiários do CCPI; relatórios de prestação de contas do Edital e nas respostas dos entrevistados; foram avaliados os resultados do apoio, por intermédio da Lei Aldir Blanc. São considerados os seguintes aspectos: a) perfil dos agentes culturais beneficiados (pessoa física e organizações); b) características dos projetos apoiados (valor, local de realização; número de pessoas envolvidas; atividades contratadas; dificuldades de execução); c) perspectivas.

3. OS FESTEJOS JUNINOS E A LEI ALDIR BLANC

O OBEC-BA realizou, em 2020, a pesquisa “Impactos da COVID-19 nos Festejos Juninos da Bahia”. Esta objetivou: a) mensurar implicações para os agentes culturais que participam dos festejos juninos na Bahia, assim como municípios e associações comerciais e de barraqueiros; b) identificar medidas de enfrentamento, consequentes da suspensão ou cancelamento desta celebração; e c) contribuir para as ações das gestões públicas municipais e estadual na elaboração de medidas de enfrentamento. Os dados foram coletados no período de 10 de julho a 21 de outubro de 2020 e reuniu um total de 386 respostas divididas entre os seis questionários.

Com a preocupação de contribuir para minorar os impactos da pandemia nos festejos juninos da Bahia, e antes mesmo da publicação da pesquisa, em dezembro de 2021, o OBEC-BA buscou antecipar as informações ao público, sobretudo no que se refere aos impactos para os agentes culturais, com o objetivo de contribuir com a elaboração dos editais que foram lançados posteriormente pelos municípios e pelo Estado da Bahia, via Lei Aldir Blanc.

A expectativa dos diversos agentes culturais que participaram da pesquisa do OBEC-BA, fossem estes artistas, produtores, organizadores de festas privadas, era a de que medidas consistentes pudessem ser tomadas, principalmente pelo poder público, para amenizar as dificuldades e prejuízos tão abruptamente instaurados. Diferente do Carnaval da Bahia, que foi realizado em 2020, porque ocorreu em fevereiro, antes da emergência da pandemia, os festejos juninos corresponderam às primeiras festas populares de grande porte canceladas no Brasil.

Dentre os principais resultados encontrados, se destacam: 1) que o cancelamento total dos contratos firmados para realização dos festejos juninos foi o aspecto que teve maior interferência de perda financeira para as bandas/grupos (87,8%), já para os profissionais e prestadores de serviços (63,1%) a interrupção total das atividades foi maior; 2) para os responsáveis pela organização de festas privadas (64,3%) o cancelamento dos festejos juninos gerou uma perda de até 100 mil reais, enquanto para as bandas e

grupos musicais e profissionais/ prestadores (20,8%) a perda foi acima de 25 mil reais até 50 mil reais; 3) os impactos que mais atingiram os contratados e contratantes de serviços estão associados às fontes de receitas, sendo que estas eram oriundas de festas privadas (57,4%), cachês (40,9%) e patrocínio público municipal (55,7%), tendo, para 34% das bandas e grupos, o patrocínio público municipal como fonte de receita prioritária, seguida por cachês (28,7%) e festas privadas (20%).

A pesquisa também procurou investigar, junto aos entrevistados, quais as ações necessárias para mitigar os efeitos do cancelamento dos festejos juninos. Os entrevistados, em grande maioria, indicaram que as lives deveriam ser fruto de editais públicos ou patrocinadas pelo governo e/ou iniciativa privada. Foram também citadas ações de formação, direcionadas à manutenção das tradições e à capacitação dos artistas e empresários, o lançamento de editais públicos e a implementação da Lei Aldir Blanc.

Criado para a efetivação das ações emergenciais de apoio ao setor cultural, o Programa Aldir Blanc Bahia (PABB) visa a cumprir os incisos I e III da Lei Aldir Blanc (Lei Federal nº 14.017, de 29 de junho de 2020) e suas regulamentações federal e estadual. As ações foram a transferência da renda emergencial para os trabalhadores e trabalhadoras da cultura e a realização de chamadas públicas e concessão de prêmios.

De acordo com Canedo et al. (2021), a Lei Aldir Blanc deve ser compreendida como uma conquista histórica dos processos de luta, tendo a participação ativa da sociedade civil e das três esferas de poder na sua elaboração e implementação. No âmbito estadual, o Centro de Culturas Populares e Identitárias lançou o Edital de Premiação para Preservação dos Bens Culturais Populares e Identitários da Bahia Emília Biancardi 2020. As premiações instituídas no âmbito do PABB batizadas em homenagem à prestigiada etnomusicóloga, professora, colecionadora e especialista nas manifestações tradicionais da Bahia. Estas buscaram contemplar a diversidade cultural dos territórios de identidade baianos, absorvendo propostas nas seguintes categorias: Mestres e Mestras da Cultura Popular; Danças e Folgedos; Cordelista, Repentista e Poeta Popular; Artesanato baiano; Matrizes do samba da Bahia; Africanidades; Identidades; Forró Tradicional; e Quadrilhas Juninas, perfazendo o valor total de R\$ 852.000,00.

A especificidade da inserção de categorias como o forró tradicional e as quadrilhas juninas se deve ao reconhecimento da importância que essas expressões culturais alcançam no Nordeste, marcando a formação identitária de um povo. Entre as festas populares, os festejos juninos possuem relevância tanto em seu papel cultural quanto econômico.

Conforme a Fecomércio-BA, por conta da Covid-19, que ocasionou a parada de atividades, conduzindo ao cancelamento ou à postergação das festas realizadas no mês de junho, a perda financeira prevista para o São João de 2020, se comparado ao ano de 2019, foi de 32%, correspondendo a cerca de R\$ 375 milhões. No cálculo, foram considerados os principais setores movimentados no período, com destaque para os supermercados e vestuário (HERMES, 2020).

4. CARACTERÍSTICAS DOS BENEFICIÁRIOS

Nesta seção será apresentada a análise das características dos beneficiários com base nos registros administrativos do CCPI. Foram analisados o perfil dos grupos de forró tradicional e quadrilhas de todos os projetos contemplados em relação aos seguintes parâmetros: valor da premiação; cor/raça; gênero; território e cidade.

4.1 PERFIL DOS GRUPOS DE FORRÓ TRADICIONAL

Manifestação artística considerada uma das maiores tradições do país, principalmente na região Nordeste, o forró chegou ao Brasil no século XIX, sendo executado inicialmente nos bailes populares de Pernambuco. Entretanto, a consagração a este gênero musical deu-se apenas nos idos de 1950, quando o ícone deste segmento, Luiz Gonzaga, gravou a música “Forró de Mané Vito”, popularizando o ritmo, marcado pela sinfonia do acordeon, triângulo e zabumba (CNN BRASIL, 2022). Com composições que retomam aspectos sociogeográficos rurais, o forró passou a ser associado às tradicionais festas juninas, compondo uma matriz simbólica que transmite a riqueza do cotidiano, da cultura rural e nordestina para as outras regiões.

O estilo consagrado por Luiz Gonzaga, hoje denominado como “forró tradicional” ou “forró pé de serra”, tornou-se um fenômeno musical brasileiro, incorporando variações rítmicas, como o xote, o xaxado, baião e arrasta-pé. Já a partir do final dos anos 1980, atendendo aos interesses mercadológicos do consumo de massa da indústria musical, começam a surgir variações deste gênero musical, dotadas de maior apelo midiático. O forró no Brasil passa a ser classificado em, pelo menos, três categorias: forró pé-de-serra, forró eletrônico e forró universitário. O forró eletrônico surgiu no País entre as décadas de 1980 e 1990; o fator marcante nessa categoria é o acréscimo de instrumentos que não faziam parte do trio, como bateria, baixo e guitarra, além disso, houve a inclusão de dançarinos e jogos de luzes. Diferentemente das letras do forró pé-de-serra, as bandas profissionais que começaram a seguir o estilo adaptaram as letras de sucessos internacionais mantendo a melodia. Já o forró universitário tem como criadores jovens vinculados à vida universitária, de centros urbanos e pertencentes à classe média (PAULINO, 2017).

Neste contexto de mudanças, alguns grupos e agentes culturais resistem, outros tentam resgatar as tradições e, obviamente, outros tantos se beneficiam do prestígio midiático momentâneo. Na direção do fortalecimento das tradições, a instituição cultural Balaio Nordeste, tendo por presidente a professora e produtora cultural Joana Alves, da Paraíba, assumiu, desde 2011, a liderança do processo de reconhecimento do forró — abrangendo não apenas o ritmo musical, mas também os elementos de identidade e expressão relacionados, como as danças, o vestuário, o local da celebração —, como patrimônio cultural do Brasil. Concluído em dezembro de 2021, com reconhecimento pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, o registro das matrizes tradicionais do forró poderá ser uma contribuição expressiva, sobretudo em função das ações de salvaguarda apresentadas para a patrimonialização do bem cultural.

Nesse sentido, o edital Emília Biancardi 2020 do Centro de Culturas Populares e Identitárias, embora com caráter emergencial, serviu de apoio a um segmento cultural que já vem sofrendo uma série de dificuldades, como a desvalorização dos artistas tradicionais, a descaracterização das festas juninas, a falta de incentivo e de políticas públicas direcionadas ao Forró Tradicional, hoje um Patrimônio Cultural brasileiro.

No que se refere ao Edital, em específico, na categoria Forró Tradicional foram aprovadas 41 propostas (Tabela 1), equivalentes a um valor total de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), distribuídos em onze territórios do Estado da Bahia: Região Metropolitana, Velho Chico, Semiárido Nordeste II, Portal do Sertão, Litoral Norte e Agreste Baiano, Sudoeste Baiano, Recôncavo, Extremo Sul, Vale do Jiquiriçá, Sisal, Irecê e Costa do Descobrimento.

Entretanto, distintamente da preocupação do CCPI ou da espacialização territorial dos festejos na Bahia, apenas 16 municípios tiveram projetos aprovados no Edital e, dentre esses, o município de Salvador respondeu, individualmente, por 63,4% dos projetos, o que corresponde a 67,2% do volume total de recursos destinados à premiação (R\$ 360 mil reais). Esta intensa concentração de projetos e recursos torna-se ainda mais grave quando se observa que municípios tradicionais na celebração das festas juninas, como Cruz das Almas, Cachoeira, Senhor do Bonfim, Barra e outros, não figuram na listagem dos contemplados e que outros

territórios também tradicionais, como Feira de Santana, Santo Antônio de Jesus, Amargosa, Irecê e Porto Seguro, foram contemplados com apenas um projeto cada, equivalente, individualmente, ao máximo de 2,4% do total disponibilizado (Tabela 1).

Tabela 1

EDITAL PRÊMIOS DE PRESERVAÇÃO DOS BENS CULTURAIS POPULARES E IDENTITÁRIOS DA BAHIA
EMÍLIA BIANCARDI 2020 – FESTEJOS JUNINOS

ESPACIALIZAÇÃO DOS PROJETOS CONTEMPLADOS (FORRÓ)

TERRITÓRIO CONTEMPLADO	MUNICÍPIO	NÚMERO DE PROJETOS	VALOR DOS PROJETOS (EM MIL REAIS)	PROJETOS (%)	VALOR DOS PROJETOS (EM %)
REGIÃO METROPOLITANA	SALVADOR	26	336	63,4	67,2
	LAURO DE FREITAS	1	12	2,4	2,4
	CAMAÇARI	1	12	2,4	2,4
VELHO CHICO SEMIÁRIDO	IBOTIRAMA	1	20	2,4	4,0
	EUCLIDES DA CUNHA	1	20	2,4	4,0
NORDESTE II PORTAL DO SERTÃO	IRARÁ	1	12	2,4	2,4
	FEIRA DE SANTANA	1	8	2,4	1,6
LITORAL NORTE E AGRESTE BAIANO	ESPLANADA	1	12	2,4	2,4
	VITÓRIA DA CONQUISTA	1	8	2,4	1,6
RECÔNCAVO	SANTO ANTÔNIO DE JESUS	1	12	2,4	2,4
EXTREMO SUL	TEIXEIRA DE FREITAS	1	8	2,4	1,6
VALE DO JIQUIRIÇÁ SISAL	AMARGOSA	1	8	2,4	1,6
	SERRINHA	1	8	2,4	1,6
	CONCEIÇÃO DO COITÉ	1	8	2,4	1,6
IRECÊ COSTA DO DESCOBRIMENTO	IRECÊ	1	8	2,4	1,6
	PORTO SEGURO	1	8	2,4	1,6
TOTAL		41	500	100,0	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do CCPI (2021)

No conjunto dos proponentes do Edital para a categoria Forró Tradicional, 80,5% são pessoas físicas e 19,5% jurídicas. Apenas três municípios tiveram projetos aprovados por pessoas jurídicas: Salvador, que respondeu pela quase totalidade dos projetos apresentados por esta categoria (75% destes), Esplanada e Conceição do Coité (Tabela 2).

Tabela 2
EDITAL PRÊMIOS DE PRESERVAÇÃO DOS BENS CULTURAIS POPULARES E IDENTITÁRIOS DA BAHIA
EMÍLIA BIANCARDI 2020 – FESTEJOS JUNINOS
TIPO DO PROPONENTE

TIPO	PROPONENTE	
	NÚMERO	%
PESSOA FÍSICA	33	80,5
PESSOA JURÍDICA	8	19,5

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do CCPI (2021)

Em uma análise por gênero, verifica-se também uma intensa concentração, com os declarados homens cisgênero respondendo por quase 74,2% dos contemplados, seguidos à larga distância pelas mulheres cisgênero (12,9%) e por aqueles que não desejaram responder. Neste conjunto estão excluídas as pessoas jurídicas ou grupos, para os quais a pergunta foi enquadrada na categoria “Não se aplica”. Esta composição reflete a ampla predominância do gênero masculino nos grupos de forró, compostos, em grande parte, por músicos homens. As mulheres, em geral, assumem a função de vocalistas ou atuam nos bastidores, como produtoras, fotógrafas, iluminadoras, responsáveis pelo marketing, dentre outras funções.

Já no tratamento das informações conforme a cor/raça, 52,5% dos proponentes contemplados se identificaram com a cor parda, 22,5% com a negra e 25% se autodeclararam brancos. Entretanto, a participação da população negra nesta categoria do Edital é menor do que a média de negros constante na população do Estado. De acordo com a PNAD/IBGE, 2018, os pretos e pardos (negros) correspondiam a 81,1% (cerca de 12 milhões de pessoas), sendo que destes, 22,9% eram pretos (3,4 milhões). Ainda conforme a PNAD, só na capital, 82,8% dos entrevistados se declararam pretos ou pardos (2,4 milhões de pessoas), sendo 34,8% pretos (988 mil) (IBGE/PNAD, 2018).

A pandemia da Covid-19 resultou em restritas alternativas de trabalho e de obtenção de renda para os agentes culturais vinculados aos festejos juninos. Como identificado pela pesquisa “Impactos da Covid-19 nos Festejos Juninos da Bahia”, do OBEC-BA, citada anteriormente, grande parte dos agentes culturais entrevistados, recomendava como alternativa a mesma saída encontrada pela quase totalidade dos profissionais da cultura do país para permanecer trabalhando durante a pandemia: a realização de lives e outras atividades virtuais. Os projetos apresentados ao CCPI não fugiram a esta lógica. As lives, individuais, ou acopladas a outros serviços como workshop on line, bate papo on-line, minidoc e EP corresponderam juntos a 70,7% do total de projetos. Além dessas foram também apresentadas propostas para videoclipe, podcast, vídeos informativos e EP (Tabela 3).

Tabela 3
EDITAL PRÊMIOS DE PRESERVAÇÃO DOS BENS CULTURAIS POPULARES E IDENTITÁRIOS DA BAHIA
EMÍLIA BIANCARDI 2020 – FESTEJOS JUNINOS
TIPO DE PROJETO CONTEMPLADO

TIPO DE PROJETO	NÚMERO	%
LIVE	24	58,5
LIVE+WORKSHOP ONLINE	1	2,4
BATE PAPO ONLINE+LIVE	1	2,4
LIVE+MINIDOC	2	4,9
LIVE+EP	1	2,4
VIDEOCLÍPE	6	14,6
PODCAST	2	4,9
VÍDEOS INFORMATIVOS	1	2,4
EP	3	7,3
TOTAL	41	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do CCPI (2021)

Importante destacar que a Quadrilha Junina tem a substancial característica de ser agregadora de uma quantidade considerável de agentes da cadeia produtiva dos festejos juninos, para que se realize e se mantenha, envolvendo inúmeros e diversificados agentes para concretizar cada apresentação. São dançarinos/as, coreógrafos/as, figurinistas, costureiros/as, cenógrafos/as, músicos/musicistas, produtores/as, encenadores/as, dentre outros/as participantes da criação e execução dos espetáculos de cada uma delas.

Além do efeito encadeado e multiplicador econômico destes grupos, é intrínseco a eles também o caráter educativo e memorial com relação às tradições da cultura junina, assim como tantos outros coletivos de cultura popular de povoados e comunidades em que conhecimentos e práticas são passados de geração em geração, inclusive mobilizando crianças e jovens, inserindo-os muitas vezes no interesse pelas artes e as entretendo com conteúdo cultural e socializante.

Em todo interior baiano e também na capital, neste caso com maior presença em determinados bairros em que se estabeleceram maiores vínculos comunitários e contam com a presença de lideranças e entidades representativas, há a formação de Quadrilhas Juninas. Tais grupos trabalham durante o período de quase todo o ano na preparação do enredo, ensaios e providências para a apresentação durante os festejos juninos, também aliando valores como dedicação, disciplina, cooperação e outras elaborações relacionadas à cidadania e atuação coletiva.

Por todos estes aspectos e o viés de que – ainda que a cada ano as quadrilhas tenham se modernizado (o que inclui rupturas com a expressão mais tradicional), acompanhando a tendência das festas juninas de modo geral – se tratam de manifestações de baixo apelo para o interesse de patrocinadores privados, por serem uma expressão menos midiática; mas, principalmente, pelo perfil social que possuem e pela necessidade de articulação e envolvimento de um número grande de pessoas que compõem cada um dos grupos. É que as Quadrilhas Juninas são ainda mais dependentes do incentivo e do fomento via políticas públicas.

Ainda assim, segundo os dados publicados pelo CCPI, foram apenas 15 diferentes municípios contemplados nos territórios de identidade mencionados a partir da LAB. Um universo ainda muito restrito se comparado às cerca de 300 cidades do Estado que realizam festejos juninos

simultaneamente. Destas quadrilhas, 31,8% estão concentradas na Região Metropolitana de Salvador. E apenas cinco territórios tiveram mais de um projeto aprovado.

Ainda que a tradição das quadrilhas juninas possa ser mais associada aos municípios do interior onde a própria tradição dos festejos juninos é mais preservada e as festas são realizadas, há muitos anos grandes concursos de quadrilhas, televisionados, a exemplo do Arraiá do Galinho (TV Aratu - BA), são promovidos na capital e estes podem ser um elemento incentivador de grupos deste perfil na cidade de Salvador e arredores.

Na categoria Quadrilhas Juninas foram aprovadas 22 propostas (Tabela 4), perfazendo um valor total de R\$ 324.000,00 (trezentos e vinte quatro mil reais), distribuídos também em onze territórios do Estado da Bahia, com diferenças em relação à categoria citada anteriormente: Região Metropolitana, Semiárido Nordeste II, Portal do Sertão, Litoral Norte e Agreste Baiano, Baixo Sul, Recôncavo, Sisal, Irecê, Sertão Produtivo, Chapada Diamantina, Sertão do Francisco.

Tabela 4

EDITAL PRÊMIOS DE PRESERVAÇÃO DOS BENS CULTURAIS POPULARES E IDENTITÁRIOS DA BAHIA
EMÍLIA BIANCARDI 2020 – FESTEJOS JUNINOS

ESPACIALIZAÇÃO DOS PROJETOS CONTEMPLADOS (QUADRILHAS)

TERRITÓRIO CONTEMPLADO	MUNICÍPIO	NÚMERO DE PROJETOS	VALOR DOS PROJETOS (EM MIL REAIS)	PROJETOS (%)	VALOR DOS PROJETOS (EM %)
REGIÃO METROPOLITANA	SALVADOR	6	96	27,3	27,9
	ITAPARICA	1	20	4,5	5,8
	IPECAETÁ	2	32	9,1	9,3
PORTAL DO SERTÃO	FEIRA DE SANTANA	1	12	4,5	3,5
	EUCLIDES DA CUNHA	1	20	4,5	5,8
SEMIÁRIDO NORDESTE II	RIBEIRA DO POMBAL	1	12	4,5	3,5
	CATU	2	24	9,1	7
LITORAL NORTE E AGRESTE BAIANO	TUCANO	1	20	4,5	5,8
	MONTE SANTO	1	20	4,5	5,8
SISAL					
SERTÃO PRODUTIVO	CACULÉ	1	20	4,5	5,8
RECÔNCAVO	CACHOEIRA	1	12	4,5	3,5
IRECÊ	IBITÁ	1	20	4,5	5,8
CHAPADA DIAMANTINA	LENÇÓIS	1	12	4,5	3,5
SERTÃO DO SÃO FRANCISCO	JUAZEIRO	1	12	4,5	3,5
BAIXO SUL	VALENÇA	1	12	4,5	3,5
	TOTAL	22	344	100,0	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do CCPI (2021)

Do total de contemplados na categoria Quadrilhas Juninas, houve apenas um proponente pessoa jurídica ganhador do edital (de Salvador). Importante notar que este pode ser um indicativo da baixa formalização de grupos culturais neste segmento. Embora se tratem de iniciativas artístico-culturais que envolvem grande número de pessoas na sua organização e que estejam relacionadas à iniciativas comunitárias, que comumente se institucionalizam a partir de entidades representativas, como associações e outros perfis de organizações não-governamentais, este não foi um perfil visualizado a partir das propostas contempladas.

Das 22 propostas selecionadas, em 15 não há indicação de gênero dos proponentes na relação de aprovados, tendo sido escolhidas as opções “Não se aplica” ou “Não desejo responder”, com a maioria assinalando a primeira resposta. Tal cenário pode ser atribuído ao entendimento de que consideraram a entidade “Quadrilha” na resposta a esta questão, ao invés de observarem que a informação solicitada era referente ao representante/proponente do projeto relacionado ao grupo cultural.

Em contraposição à percepção anterior, porém, no campo Cor/Raça há indicação de respostas. Do total de proponentes dos projetos aprovados no segmento Quadrilhas Juninas, 12 deles preencheram este campo indicando o auto-reconhecimento da sua Cor/Raça enquanto “Negra”, e oito como “Parda”. Apenas dois proponentes são listados como “Branços”. Portanto, 90,9%, seguindo as categorias do IBGE, são proponentes Negros (Pretos e Pardos).

Sobre os produtos e atividades culturais a serem entregues como resultado da aprovação do projeto, por se tratar de edital emergencial executado a partir do contexto da pandemia da Covid-19, as ações obrigatoriamente deveriam proporcionar o acesso e consumo do público de forma online. Neste sentido, as propostas não se mantiveram apenas voltadas para a exibição/veiculação da apresentação dos grupos. A esse respeito, vale ressaltar que, devido à dinâmica dos shows, poderia requerer maiores investimentos de captação de imagens e exibição, considerando as necessidades de equipamentos para a filmagem de uma apresentação com muito movimento relacionado ao perfil da dança dos participantes, além da captação sonora. Os prêmios para a categoria de Quadrilhas Juninas, não ultrapassaram o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Documentário, live de lançamento do tema da quadrilha, mostra de figurinos, casamento caipira, livro digital, oficinas, clipe da música tema, foram alternativas criativas apresentadas pelos proponentes e mais viáveis de execução com um recurso limitado. Ainda assim, 45,5% das propostas se comprometeram a executar a live de apresentação dos espetáculos.

Tabela 5

EDITAL PRÊMIOS DE PRESERVAÇÃO DOS BENS CULTURAIS POPULARES E IDENTITÁRIOS DA BAHIA
EMÍLIA BIANCARDI 2020 – FESTEJOS JUNINOS

TIPO DE PROJETO CONTEMPLADO

*Algumas propostas incluíram mais de um tipo de atividade e/ou produto cultural

TIPO DE PROJETO	NÚMERO	%
LIVE DO ESPETÁCULO	13	56,5
OFICINAS E BATE PAPOS	5	21,7
DOCUMENTÁRIO	3	13,0
LIVRO DIGITAL	1	4,3
MOSTRA DE FIGURINOS	1	4,3

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do CCPI (2021)

As Quadrilhas Juninas que reúnem os vieses da expressão artística com a preservação das manifestações tradicionais, associadas ao potencial socializante e de efeito econômico em cadeia para as suas apresentações – com cenários, figurinos, coreógrafos, alimentação e transporte (considerando se tratar de grupos grandes de participantes), etc. – não têm ainda uma política de fomento, pelo menos no que diz respeito ao Governo do Estado da Bahia, que contemple as suas características e necessidades.

Ademais, ao observar o número limitado de territórios, municípios e do valor destinado aos projetos contemplados a partir da Lei Aldir Blanc, percebe-se a existência de passos muito maiores que precisam ser dados neste sentido, algo que vem sendo muito bem discutido na iniciativa dos Fóruns de Quadrilhas Juninas (já em 3ª edição), uma realização do Fórum Permanente de Quadrilhas, organizado por representantes de grupos do Estado. Espera-se que, a partir dessas iniciativas, setores culturais baianos, incluindo agentes, gestores e políticos possam contribuir para reverberar pleitos que consolidem esta política, em prol da diversidade, das tradições e da cultura baiana.

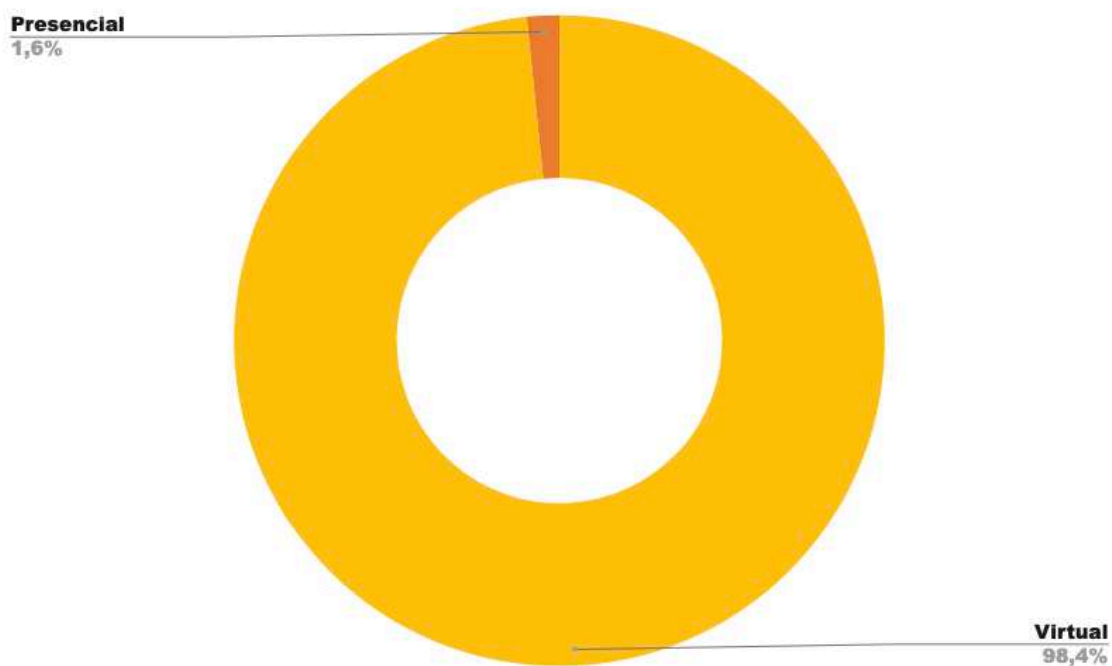
4.3 RESULTADOS DOS RELATÓRIOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Na presente seção serão apresentados alguns resultados da execução dos projetos contemplados pelo Edital de Premiação para Preservação dos Bens Culturais Populares e Identitários da Bahia Emília Biancardi 2020, com base nos dados dos relatório de prestação de contas apresentados ao CCPI.

4.3.1 Formato de realização do projeto

Devido ao agravamento da pandemia, no início de 2021, a apresentação dos eventos no formato presencial tornou-se inviável. Assim, apenas uma apresentação, de um total de 63, não foi online.

Gráfico 1: Formato de execução do projeto

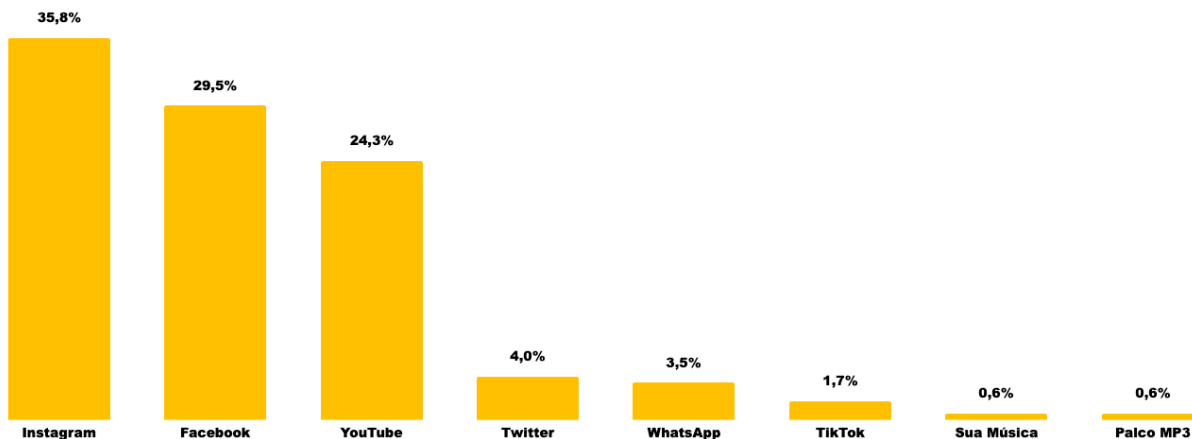


Fonte: Elaboração própria a partir de dados do CCPI (2021)

4.3.2 Redes sociais no qual o projeto foi divulgado, além das redes do CCPI e SECULT/BA.

O Instagram foi a rede social mais utilizada para divulgação do projeto. Esta foi seguida pelo Facebook e YouTube.

Gráfico 2: Redes sociais para divulgação do projeto



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do CCPI (2021)

4.3.3 Quantitativo de trabalhadores culturais beneficiados diretamente

Foi questionado, aos beneficiários da premiação, quantos trabalhadores culturais foram contratados para execução do projeto. Segundo os respondentes, 74,6% dos proponentes contrataram entre 5 e 19 profissionais da cultura.

Gráfico 3: Número de trabalhadores culturais envolvidos diretamente no projeto

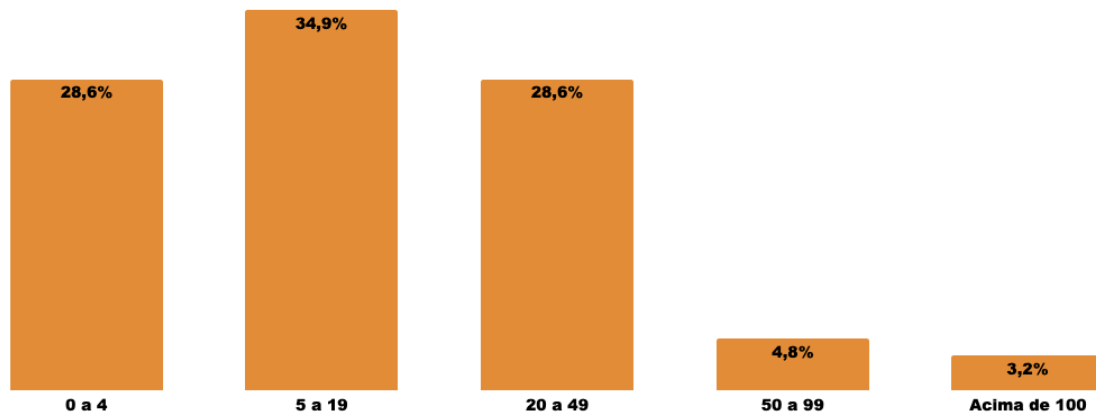


Fonte: Elaboração própria a partir de dados do CCPI (2021)

4.3.4 Quantitativo de trabalhadores culturais beneficiados indiretamente

O relatório de prestação de contas também solicitou uma estimativa do quantitativo de trabalhadores culturais beneficiados indiretamente. Mais de 63% dos projetos contrataram entre 5 e 49 pessoas nesta modalidade.

Gráfico 4: Número de trabalhadores culturais envolvidos indiretamente no projeto (em percentual)

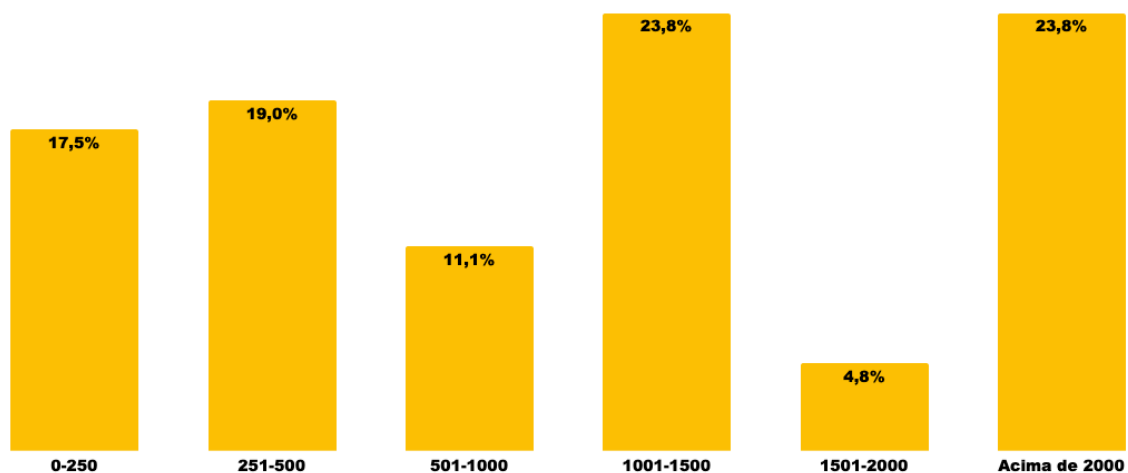


Fonte: Elaboração própria a partir de dados do CCPI (2021)

4.3.5 Número médio de público atingido com o projeto

Quanto ao público médio atingido pelos eventos apoiados, estima-se que quase 50% dos projetos alcançaram mais de 1.000 pessoas. Este resultado pode ser atribuído à capacidade de alcance que os eventos virtuais proporcionam.

Gráfico 5: Público médio dos eventos (em percentual)

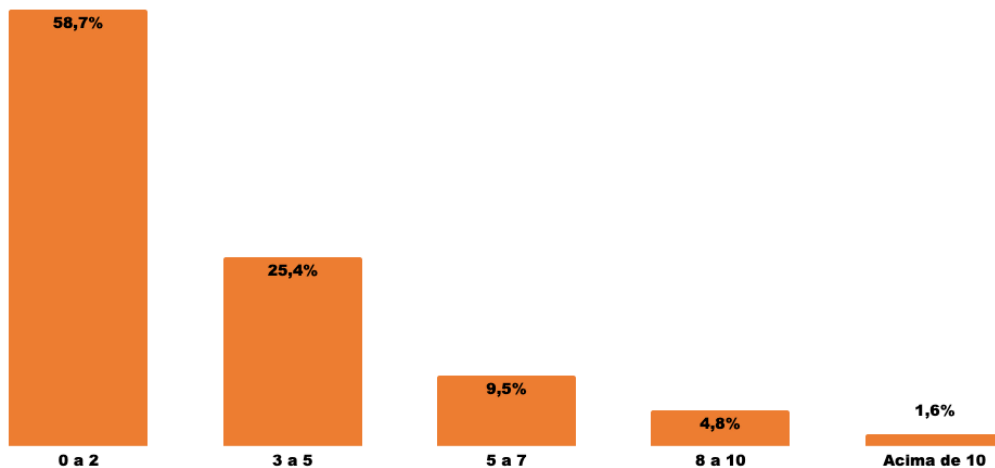


Fonte: Elaboração própria a partir de dados do CCPI (2021)

4.3.6 Quantitativo de instituições beneficiadas pelo projeto

No relatório de prestação de contas procurou-se investigar os efeitos dos eventos sobre os espaços artísticos e culturais, microempresas e pequenas empresas culturais, cooperativas e organizações culturais comunitárias. Mais de 80% dos projetos beneficiaram até cinco pessoas jurídicas.

Gráfico 6: Quantitativo de instituições beneficiadas pelo projeto (em percentual)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do CCPI (2021)

A Figura 4 apresenta as expressões mais citadas pelos proponentes no relato da execução da proposta / atividade que foi desenvolvida. A palavra mencionada com maior frequência foi “Realização”. Um resultado bastante simbólico, o qual pode expressar a consumação de um projeto que muitos proponentes já almejavam há muito tempo.

Figura 4: Nuvem de palavras mais citadas pelos proponentes no relato da execução da proposta



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do CCPI (2021)

5. RESULTADOS DAS ENTREVISTAS

Nesta seção, são apresentados os resultados da pesquisa direta junto aos entrevistados. Serão apresentados os resultados da execução dos projetos.

5.1 Avaliação dos Resultados

Ciente da relevância das políticas públicas para o momento atravessado pelos agentes culturais dos festejos juninos na Bahia em 2020-2021, o Observatório da Economia Criativa da Bahia (OBEC-BA) propôs-se a pesquisar os resultados do fomento aos festejos juninos, executado por meio dos Prêmios de Preservação dos Bens Culturais Populares e Identitários da Bahia Emília Biancardi para as categorias do Forró Tradicional e das Quadrilhas Juninas, com recursos da Lei Aldir Blanc. Para tanto, realizou parceria institucional sem transferência de recursos com o CCPI, que disponibilizou dados imprescindíveis ao desenvolvimento da investigação.

No âmbito da pesquisa coube a cada parceiro as seguintes responsabilidades: a) O CCPI realizou a comunicação junto aos beneficiários do Edital, intermediando o contato com os pesquisadores do Observatório; ajudou na divulgação dos questionários junto ao público alvo e disponibilizou os registros administrativos referentes ao Edital; b) O OBEC-BA conduziu, tecnicamente, a pesquisa se responsabilizando pela formulação dos questionários e roteiros das entrevistas semi estruturadas; pela realização da pesquisa direta e pela elaboração do relatório final da pesquisa.

Com o intuito de retroalimentar o ciclo de gestão, acima mencionado, esta investigação centra-se na etapa de Avaliação dos resultados do Edital Emília Biancardi 2020. Para tanto, foram enviados websurveys para os responsáveis pelos 63 projetos contemplados no certame, sendo 41 na categoria Forró Tradicional e 22 na de Quadrilhas. Também foram realizadas entrevistas telefônicas entre novembro de 2021 e fevereiro de 2022. A equipe da pesquisa contactou a totalidade dos beneficiários, sendo que 37 responderam, ou seja, cerca de 59%.

A adoção da aplicação de websurveys como método de coleta levou em conta a possibilidade de “aplicação ágil, abrangente e de baixo custo” (ROCHA et al, 2021, p. 149). Considera-se, portanto, que os benefícios superam as

limitações metodológicas, quais sejam: a possibilidade de sub-representação de grupos com maior dificuldade de acesso à internet; provável imprecisão das informações reportadas, seja pela inabilidade em sistematizar os dados do projeto, seja devido à adoção de diferentes interpretações para uma mesma questão. A fim de mitigar tais limitações, buscou-se adicionalmente contatar os beneficiários por telefone. As informações obtidas foram complementadas, ainda, por meio da análise dos registros administrativos sobre os beneficiários do CCPI e os relatórios de prestação de contas do Edital.

A fim de fornecer parâmetros para orientar os tomadores de decisão sobre as estratégias adotadas pelo programa, sua capacidade de execução e seu potencial de intervenção, os resultados do fomento concedido por intermédio da Lei Aldir Blanc foram avaliados a partir dos seguintes aspectos: a) características dos beneficiários; b) características dos projetos e c) perspectivas dos proponentes. Parte das respostas obtidas fundamenta as discussões a seguir.

5.1.1 Características dos beneficiários

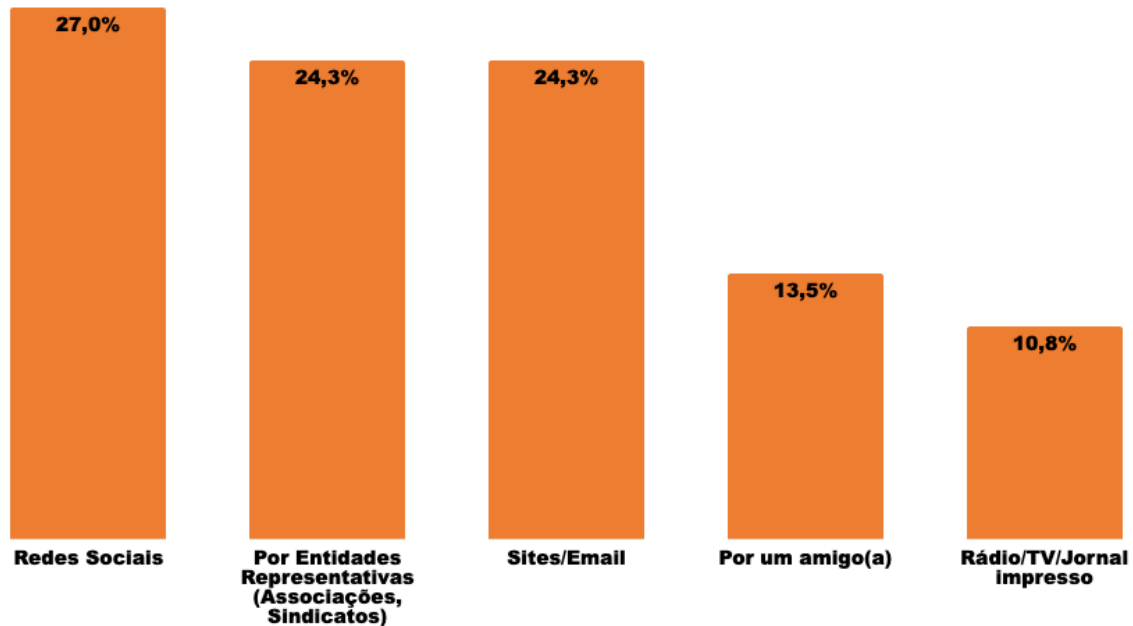
Segundo os registros do CCPI, dos 22 contemplados na categoria Quadrilhas Juninas, houve apenas uma pessoa jurídica. Já no conjunto dos 41 beneficiários da categoria Forró Tradicional, 80,5% são pessoas físicas e 19,5% jurídicas. Importante notar que este pode ser um indicativo da baixa formalização de grupos culturais em ambos os segmentos. Tal dado parece correlacionar-se, ainda, com o perfil territorial dos projetos, situados no interior do estado da Bahia.

Dentre as questões presentes no websurvey dedicadas a desvendar o perfil dos beneficiários do edital Emília Biancardi 2020 nas categorias Forró Tradicional e Quadrilhas Juninas, elegeu-se, para a reflexão proposta, a compreensão sobre o acesso ao material de divulgação do edital e dados de acesso ao fomento. Acredita-se que tais dados contribuem sobremaneira para subsidiar novas iniciativas do poder público com propósito semelhante.

Inicialmente, buscou-se identificar o modo como os beneficiários tomaram conhecimento do edital de premiação Edital Emília Biancardi 2020. As principais fontes foram: redes sociais, sites/email, que juntas totalizam 51,3%, e as entidades representativas com 24,3% (Gráfico 7). Embora seja notória a relevância da comunicação digital na atualidade, especialmente potencializada

pela pandemia, cabe salientar, conforme mencionado, a existência de um viés quanto aos respondentes, tendo em vista o método escolhido para a pesquisa. Sob a mesma perspectiva, merece destaque o relevante papel das associações e sindicatos e, adicionalmente, a baixa incidência dos meios tradicionais de comunicação como forma de acessar o público alvo desta chamada pública.

Gráfico 7: Forma de conhecimento da LAB (em percentual)

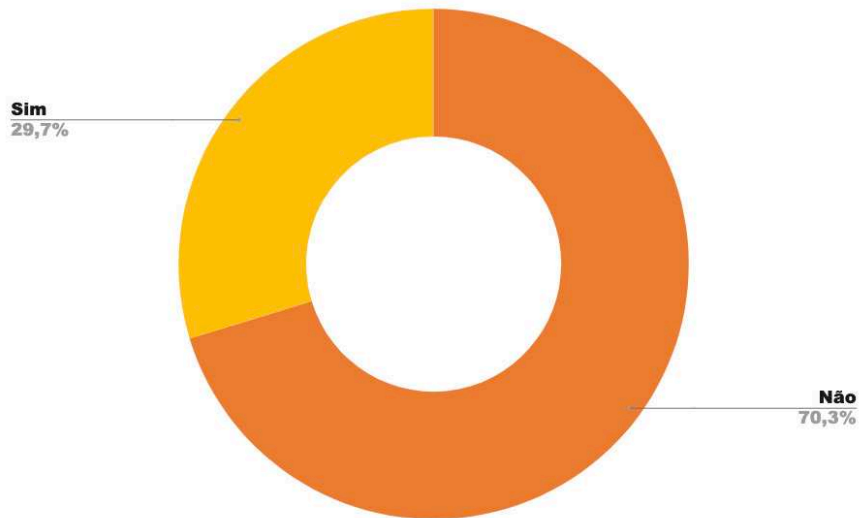


Fonte: Elaboração própria a partir de pesquisa direta (2021).

Outra questão se refere ao acesso aos recursos públicos nos últimos cinco anos. Em pesquisa sobre os impactos da covid nos festejos juninos, também realizada pelo OBEC, no ano de 2020 (LIMA, QUEIROZ, DANTAS; 2021), vários agentes apontavam a dificuldade de obter apoio por parte dos entes públicos. Tal dado foi, mais uma vez, ratificado pelos respondentes.

Observando-se o Gráfico 8, constata-se que, dentre os 37 beneficiários que responderam essa questão, apenas 29,7% haviam acessado recursos públicos para a execução de seus projetos antes da Lei Aldir Blanc. Questionou-se, ainda, aos entrevistados se estes teriam conseguido outro apoio financeiro estatal, em 2021, além do Prêmio Emília Biancardi do CCPI.

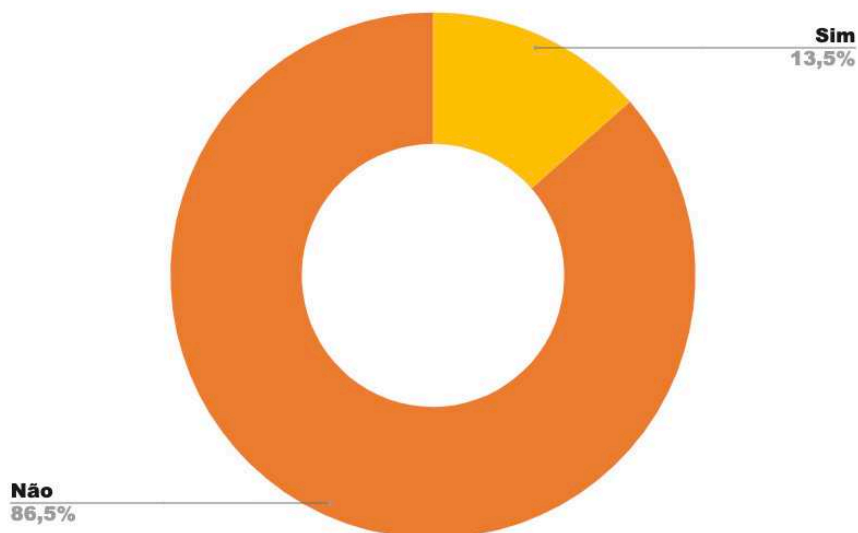
Gráfico 8: Acesso ao fomento antes da LAB (em percentual)



Fonte: Elaboração própria a partir de pesquisa direta (2021).

Apenas 13,5% obtiveram outros recursos além daqueles oriundos da Lei Aldir Blanc (Gráfico 9). Assim, em um contexto de extrema adversidade para os agentes culturais, ressaltam-se as limitações do poder público no amparo ao setor.

Gráfico 9: Obtenção de outro apoio financeiro estatal em 2021 (em percentual)

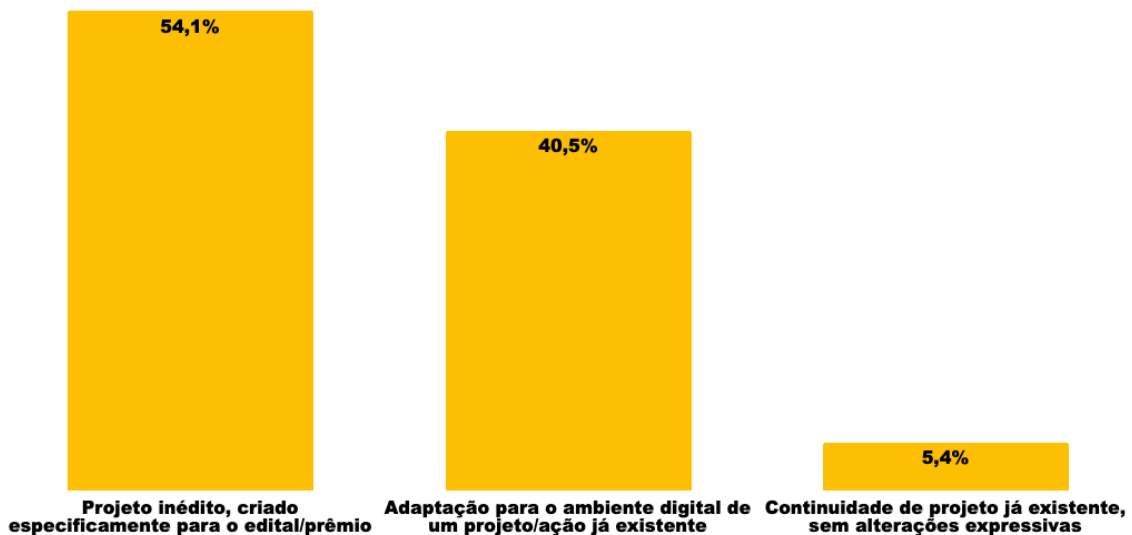


Fonte: Elaboração própria a partir de pesquisa direta (2021).

5.1.2 Características dos projetos

Quanto às características dos projetos executados, destacam-se a natureza do projeto em relação ao seu ineditismo, número de pessoas remuneradas e contratação de serviços). Quanto ao primeiro aspecto, chama atenção que 54,1%, mais da metade, dos projetos são inéditos, tornando possível a inferência de que os contemplados os desenvolveram, em grande parte, a partir das especificidades do edital. Dos 37 respondentes, 45,9% mencionaram que suas propostas já existiam e destes, apenas 5,4% afirmaram que estas não sofreram quaisquer adaptações. Ver Gráfico 10.

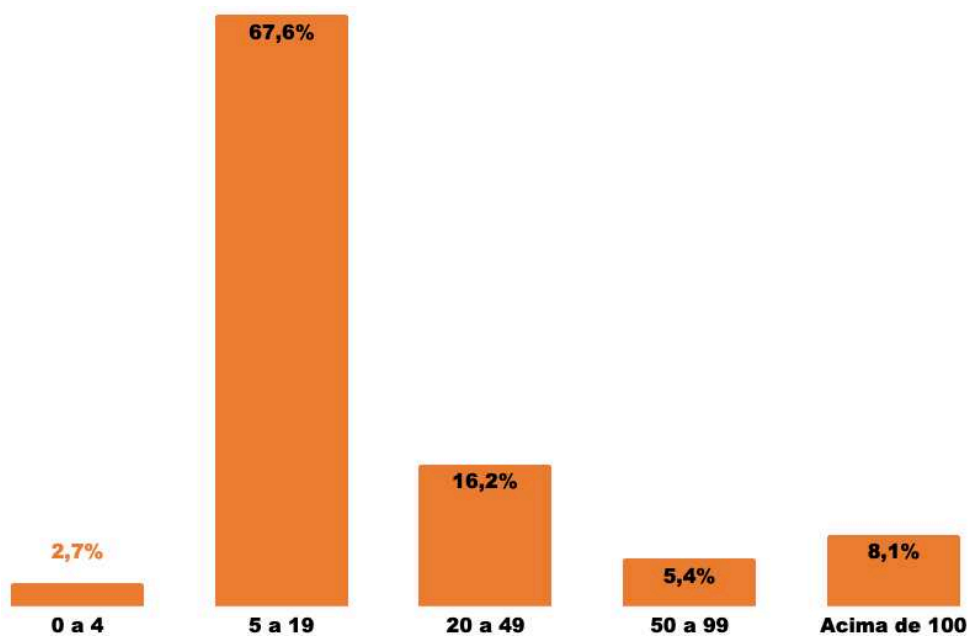
Gráfico 10: Natureza do projeto cultural desenvolvido com o apoio da LAB (em percentual)



Fonte: Elaboração própria a partir de pesquisa direta (2021).

Os projetos culturais têm como características envolver um número razoável de trabalhadores. Neste sentido, visou-se a avaliar quantas pessoas trabalharam de forma remunerada na execução dos projetos analisados e identificar alguns resultados dos projetos em termos de contratação de pessoas e serviços, particularmente, o grau de internalização territorial das atividades contratadas, ou seja, de utilização dos serviços do próprio município na execução dos projetos.

Gráfico 11: Número de pessoas remuneradas envolvidas no projeto (em percentual)

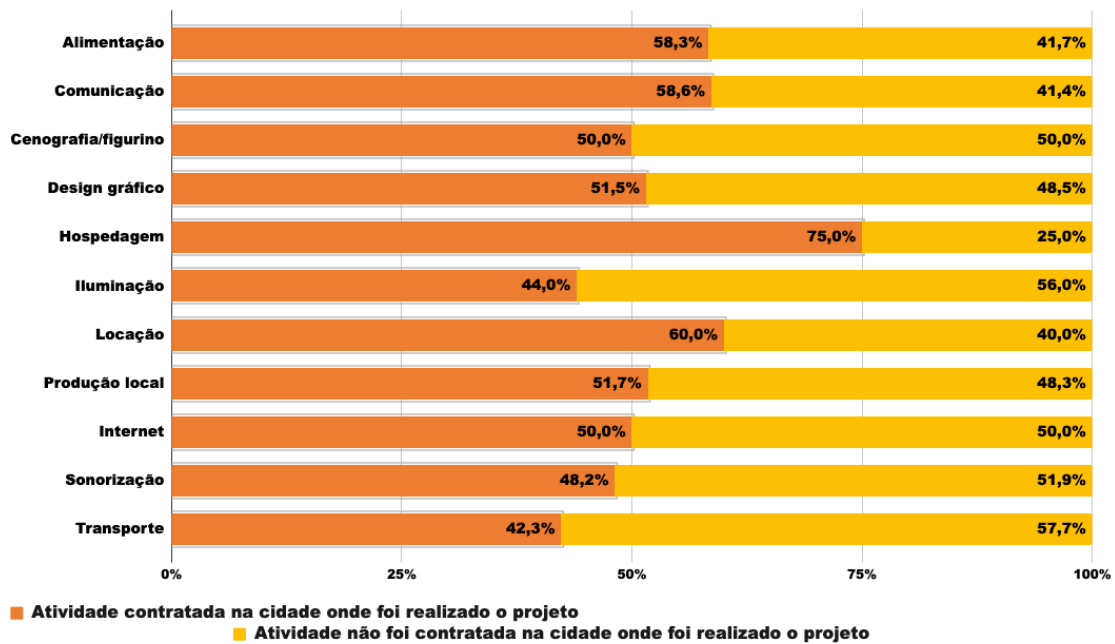


Fonte: Elaboração própria a partir de pesquisa direta (2021).

Em que pese o baixo valor do apoio, correspondente a R\$ 20.000,00, um significativo percentual dos projetos (67,6%) empregou de 5 a 19 pessoas remuneradas. Já 16,2% envolveram de 20 a 49 contratados. Vale destacar que três projetos firmaram contratos com mais de 100 pessoas (Gráfico 11), estes últimos sugerindo uma intensa pulverização dos recursos.

As próximas questões são relativas aos serviços contratados para a execução dos projetos (Gráfico 12). Estas procuraram identificar os setores que são relacionados aos projetos de forró tradicional e quadrilha. Além disso, verificar o potencial de geração de ocupações indiretas destas manifestações culturais.

Gráfico 12: Contratação de Serviços (em percentual)



Fonte: Elaboração própria a partir de pesquisa direta (2021).

Com o intuito de refletir sobre a profissionalização das iniciativas contempladas, os 37 entrevistados foram questionados sobre a contratação de serviços relativos à organização da cultura. Sob tal perspectiva, do total, 29 contrataram produção local, sendo que 51,7% utilizaram serviços da cidade de realização do projeto. Já os serviços de comunicação, envolvendo atividades de divulgação e produção de conteúdo, se fizeram necessários para 29 beneficiários, sendo 58,6% na cidade onde foi executado o projeto. Por sua vez, 33 respondentes contrataram serviços de design gráfico/digital, observando-se um equilíbrio quanto à contratação na cidade de execução do projeto e em outro território.

Merece destaque o fato de que, devido à pandemia, os projetos tiveram que ser executados no formato digital, como mencionado anteriormente. Neste sentido, 26 dos 37 entrevistados relataram a necessidade de contratação de serviços de provedor de internet/ponto de acesso e de audiovisual, sendo que a metade contratou nos locais de realização do evento apoiado.

A realização do projeto em formato digital não exige os projetos, porém, da contratação de serviços diversos característicos do formato presencial. Os serviços de locação de estúdio/casa de show/teatro se fizeram neces-

sários para 25 entrevistados, dos quais 60% na cidade onde foi realizado o projeto. Serviços de cenografia/figurino foram contratados por 24 projetos. Neste caso, há uma divisão igualitária no que se refere à contratação no próprio local de execução ou em outra cidade. Quanto à utilização da sonorização, 27 projetos contrataram o serviço, sendo 48,2% na cidade. Serviços de iluminação foram contratados por 25 projetos, a maioria (56%) fora da cidade de realização.

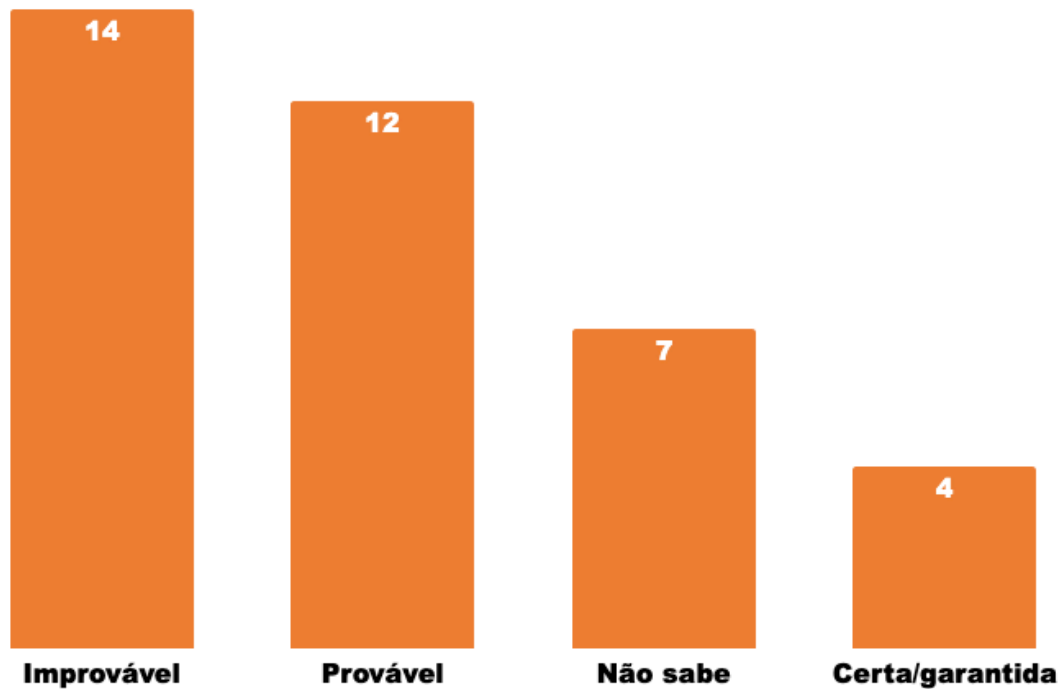
Em realização aos serviços parcialmente relacionados às atividades culturais, dentre os 37 respondentes, 24 contrataram serviços de alimentação para a equipe do projeto. Destes, 58,3% adquiriram no próprio município em que ocorreram. A contratação de serviços de transporte para o pessoal e equipamento foi indicada por 26 entrevistados. Neste caso, a maioria (57,7%) contratou na cidade de realização do projeto. Dentre as modalidades de serviços disponíveis nos questionários diretamente associados à realização dos projetos em formato online, apenas duas apresentaram um número efetivamente baixo de contratação: os serviços de hospedagem e segurança.

Apenas quatro beneficiários contrataram os primeiros, dos quais três na cidade de realização da iniciativa. Já quanto aos segundos, apenas três entrevistados declararam fazer este tipo de contratação. Os entrevistados também foram provocados sobre as duas principais dificuldades para execução do projeto, em questão que permitia múltiplas respostas. O agravamento da pandemia no início de 2021, assinalado por 39,1% dos beneficiários, foi o mais apontado. Em seguida, com 20,3%, ficou o valor dos recursos (em torno de R\$ 20.000,00). A terceira opção, escolhida por 12,5%, foi a adequação ao formato

5.1.3 Perspectivas dos proponentes

Por fim, os beneficiários responderam questões sobre a perspectiva de continuidade da atuação no setor cultural e sugestões para o fomento. Ao serem inquiridos sobre a perspectiva de permanência no setor cultural em 2022, 14 entrevistados, dos 37, afirmaram que seria improvável. Apenas quatro afirmaram que a permanência é certa/garantida (Gráfico 13).

Gráfico 13: Perspectiva de permanência no setor cultural em 2022



Fonte: Elaboração própria a partir de pesquisa direta (2021).

Tais números ratificam as informações e reflexões apresentadas por Canedo et al (2021, p. 177).

Relata-se uma busca constante, e com pouco retorno do poder público, por orientações e protocolos para a reabertura. Também observa-se relatos de procura constante por editais emergenciais e outras formas de fomento, por oportunidades de trabalho alternativos dentro da própria área de atuação ou, até mesmo, a migração completa de área, abandonando a ocupação original – especialmente no setor artístico. Por fim, alguns respondentes mencionaram que estão cogitando, inclusive, o encerramento das atividades, a depender da confirmação de contratos e serviços suspensos.

Constata-se, portanto, que a permanência dos agentes no setor cultural segue sendo uma preocupação central, desde os primeiros momentos da pandemia. Por fim e com vistas a vislumbrar possíveis soluções para este desafio, foi solicitado, em uma questão aberta, que indicassem sugestões para fomento público ao setor cultural. Por meio da nuvem de palavras, buscou-se apreender os termos com maior número de menções (Figura 5).

Figura 5: Nuvem de palavras sugestões de fomento



Fonte: Elaboração própria a partir de pesquisa direta (2021).

A recorrência de termos como editais, estado e público parece sugerir a importância da manutenção e ampliação dos chamamentos públicos de fomento ao setor. Termos como apoio, recurso, valor, indicam a necessidade de ampliação dos recursos destinados aos editais e dos montantes destinados a cada projeto, assim como sua desterritorialização. A menção a aspectos que se referem à profissionalização e formalização do campo se fazem presentes em termos como projetos, burocracia, agentes, artistas, setor, dentre outros.



6. CONSIDERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

A suspensão dos eventos culturais presenciais na Bahia, em decorrência da pandemia do Covid-19, trouxe impactos expressivos para toda a cadeia produtiva da arte e cultura. Esta situação levou ao lançamento, pelo Governo do Estado, por intermédio do Centro de Culturas Populares e Identitárias (CCPI), em 07/10/2020, dos Prêmios de Preservação dos Bens Culturais Populares e Identitários da Bahia Emília Biancardi.

Integrando o Programa Aldir Blanc, os Prêmios Emília Biancardi visavam contemplar a diversidade cultural dos territórios de identidade baianos, envolvendo todos os segmentos da cadeia da cultura popular como o artesanato baiano, as comunidades quilombolas e indígenas, as danças e folguedos. As premiações direcionadas aos mestres e mestras do saber popular e de segmentos que foram diretamente afetados no período junino, a exemplo das bandas de forró tradicional e as quadrilhas, dentre outros.

O presente relatório se debruça sobre estudo de caso do apoio aos festejos juninos no âmbito do Edital Emília Biancardi 2020, com recursos da Lei Aldir Blanc. Esta foi fruto de uma parceria entre o CCPI/SECULT e o OBEC-BA.

A pesquisa possui como informações privilegiadas as respostas ao websurvey de 37 beneficiários do edital, de um total de 63. O percentual de 59% de respondentes, dentre os contemplados, sugere a necessidade de que a etapa de avaliação seja considerada pela gestão pública desde os primeiros momentos de implantação da política pública. Um exemplo seria a aplicação de questionários junto aos proponentes ainda na etapa de submissão das propostas ou da entrega de documentação para contemplação. Adicionalmente, a adoção de formulários de submissão de propostas que permitam uma automatização na sistematização dos dados, tornaria possível que investigações futuras possam abarcar também os agentes culturais não contemplados, a fim de explicitar e compreender as disparidades do setor cultural.

O olhar sobre os dados coletados, por sua vez, trouxe outros resultados e pistas sobre os efeitos dos recursos, abaixo resumidas.

- Forma de conhecimento do edital - juntas, as redes sociais e sites/email, totalizaram 51,3%, reiterando a relevância da comunicação digital na atualidade. Merece destaque, ainda, o relevante papel das entidades representativas, com 24,3% das respostas e, adicionalmente, a baixa incidência dos meios tradicionais de comunicação.

- Acesso aos recursos públicos de fomento - vários atores apontavam a dificuldade de obter apoio por parte dos entes públicos nos últimos cinco anos. Mais de 70% afirmaram que não tinham obtido apoio público até o edital ora analisado.. Em 2021, 86,5% não obtiveram outros recursos além dos oriundos da LAB.

- Natureza do projeto - mais da metade dos projetos são inéditos são propostas formuladas ou adaptadas para o chamamento público analisado.

- Pessoas ocupadas - 67.6% dos projetos empregaram de 5 a 19 pessoas remuneradas. Já 16,2% envolveram de 20 a 49 contratados. Vale destacar que três projetos firmaram contratos com mais de 100 pessoas, evidenciando a pulverização do já escassos recursos.

- Atividades indiretamente beneficiadas - procurou-se identificar os setores que são relacionados aos projetos de forró tradicional e quadrilha (os quais geram ocupações indiretas a partir destas manifestações culturais). Foram contratados serviços de: alimentação, comunicação, cenografia/figurino, design gráfico/digital, iluminação, locação, produção local, e provedor de internet/ponto de acesso e de audiovisual, sonorização e transporte. Nesse sentido, merece destaque o fato de que a adoção do formato digital para difusão das iniciativas não exime o projeto de contratar a maior parte dos serviços necessários à realização de eventos presenciais.

- Dificuldades para execução do projeto - o agravamento da pandemia, no início de 2021, foi apontado por 39,1% dos respondentes, seguido pelo valor dos recursos, mencionado por 20,3%.A terceira opção mais escolhida (12,5%) foi a adequação ao formato digital.

- Permanência no setor cultural - questionou-se qual a probabilidade de permanência no setor, sem novos aportes públicos. Dos 37 entrevistados, 14 afirmaram que seria improvável. Apenas quatro afirmaram que a permanência é certa/garantida. Tais dados evidenciam as dificuldades enfrentadas pelos agentes frente à complexidade da conjuntura atravessada pelo setor cultural e da exiguidade de ações de apoio ao setor.

- Sugestões para o fomento público - em uma questão aberta os agentes indicaram sugestões para fomento público à cultura. Percebeu-se a recorrência de termos associados a temas como a ampliação dos chamamentos públicos, aumento dos montantes por projeto e desterritorialização, bem como a profissionalização e formalização do setor.

Espera-se que este trabalho sirva para aprimorar as políticas públicas direcionadas aos festejos juninos da Bahia, para alterar o cenário de crise que persiste e que implica não somente na vulnerabilidade dos artistas e de outros fazedores de cultura, mas também da economia de muitos municípios, dos seus empresários e do próprio estado da Bahia. Além disso, espera-se que as pistas e caminhos ora explicitados contribuam para a elaboração de uma metodologia de avaliação de políticas culturais, principalmente às relativas às Leis Aldir Blanc 2 e Paulo Gustavo.

7. REFERÊNCIAS

- CANEDO, Daniele Pereira et al. Políticas culturais emergenciais na pandemia da Covid-19: Demandas e estratégias de enfrentamento e as respostas dos poderes públicos. *Pol. Cult. Rev.*, Salvador, v. 14, n. 1, p. 165-191, jan./jun. 2021.
- CNN BRASIL, 2022. Forró pode se transformar em patrimônio cultural do Brasil; veja quais os ritmos tem o título. Disponível em <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/forro-pode-se-tornar-patrimonio-cultural-do-brasil-veja-quais-ritmos-tem-o-titulo/>. Acesso em 05/05/2022.
- FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. In: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Planejamento e políticas públicas. p. 211-259. Brasília: IPEA. 2000.
- IBGE/PNAD. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Maior população negra do país. 2018. Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/idr/download/populacao.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2022.
- HERMES, Miriam. Retração nas vendas é de 32% sem o São João. *Atarde*, 2020. Disponível em: <https://atarde.com.br/bahia/retracao-nas-vendas-e-de-32-sem-o-sao-joao-1116784>. Acesso em: 20 fev. 2022.
- LIMA, C.; QUEIROZ, L. (Org.). Impactos da Covid-19 nos festejos juninos da Bahia. Salvador: Observatório de Economia Criativa da Bahia (OBEC-BA), 2020.
- LIMA, C. L. C.; DE QUEIROZ, L. M. A.; DANTAS, C. (coord.). Pesquisa impactos da COVID-19 nos festejos juninos da Bahia. Camaçari, BA: Pinaúna Editora, 2021, 130 p.
- ROCHA, R. et al. Pesquisas como insumo para as políticas culturais: desafios e experiências no contexto da pandemia. *Políticas Culturais em Revista*, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 133-164, 2021.
- SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. Políticas públicas: Coletânea. Brasília: ENAP, 2006. Disponível em: http://www.enap.gov.br/documents/586010/601525/160425_coletanea_pp_v2.pdf/7d496a4e-adac-4bf3-b2b3-6d0d946ddc24. Acesso em: 01 mai. 2017.
- SECULT/BA. Secretaria da Cultura do Estado da Bahia. Revista Museu. 09/10/2020 - Prêmios de Preservação dos Bens Culturais Populares e Identitários Emília Biancardi. Disponível em: <https://www.revistamuseu.com.br/site/br/o-escriba/9675-09-10-2020-premios-de-preservacao-dos-bens-culturais-populares-e-identitarios-emilia-biancardi.html>. Acesso em: 18 fev. 2022.
- SEI. SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. Efeitos da pandemia da covid 19 sobre a economia dos festejos juninos na Bahia. 2021. Disponível em: https://www.sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/boletim_cultura/pdf/nota_tecnica_festejo_junino.pdf. Acesso em: 21 fev. 2022.

